



A Santa Sé

**DISCURSO DO SANTO PADRE À NOVA EMBAIXADORA
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA JUNTO
DA SANTA SÉ POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DAS CARTAS CREDENCIAIS**

16 de Dezembro de 1997

À Sua Excelência Senhora Corinne Clairborne

É-me imensamente grato dar-lhe as boas-vindas ao Vaticano para a apresentação das Cartas Credenciais mediante as quais Vossa Excelência é designada Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária dos Estados Unidos da América junto da Santa Sé. Estou reconhecido pelas saudações que Vossa Excelência me transmitiu da parte de Sua Excelência o Senhor Presidente Clinton, e retribuo-lhe com bons votos tanto para ele como para o povo estadunidense.

Vossa Excelência representa uma nação que actualmente desempenha um papel crucial nos eventos mundiais. Os Estados Unidos da América têm uma onerosa e clarividente responsabilidade, não só pelo bem-estar do seu próprio povo, mas também pelo desenvolvimento e destino das populações do mundo inteiro. Com um profundo sentido de participação nas alegrias, esperanças, sofrimentos, ansiedades e aspirações de toda a família humana, a Santa Sé participa de boa vontade em todos os empreendimentos destinados à construção da paz e da justiça genuínas para todos. Estou persuadido de que, ao dar continuidade ao louvável trabalho dos seus predecessores, Vossa Excelência dedicará os seus inumeráveis talentos pessoais e a sua prolongada experiência na vida pública para revigorar a compreensão e a cooperação entre nós.

Os Fundadores dos Estados Unidos da América afirmaram a sua reivindicação à liberdade e independência, tendo como fundamento determinadas verdades – «evidentes por si sós» – acerca da pessoa humana: verdades que poderiam discernir-se na natureza humana, edificadas sobre esta pelo «Deus da natureza». Desta forma, quiseram dar origem não só a um território independente, mas a uma grande experiência daquilo que Jorge Washington denominou «liberdade ordenada»: uma experiência em que homens e mulheres pudessem gozar equitativamente de direitos e oportunidades, na busca da felicidade e no serviço do bem comum. Quando se lêem os documentos da fundação dos Estados Unidos da América, surpreende-se pelo conceito de liberdade neles contido: uma liberdade destinada a tornar

as pessoas capazes de cumprir os próprios deveres e responsabilidades para com a família e o bem geral da comunidade. Os seus autores compreenderam claramente que não pode haver verdadeira liberdade sem a responsabilidade e a credibilidade morais, e que não pode existir felicidade sem o respeito e o apoio às unidades ou comunidades naturais em que as pessoas vivem, se desenvolvem e aspiram a melhores padrões de vida, em harmonia com os outros.

A experiência democrática estadunidense obteve bom êxito de muitas formas. Milhões de pessoas do mundo inteiro consideram os Estados Unidos da América como um modelo na sua busca de liberdade, dignidade e prosperidade. Todavia, o sucesso constante da democracia estadunidense depende da medida em que a nova geração, autóctone e imigrante, tornar sua as verdades morais a partir das quais os Fundadores traçaram o futuro da própria República. O seu compromisso em edificar uma sociedade aberta, com liberdade e justiça para todos, deve ser constantemente renovado se os Estados Unidos da América quiserem concretizar o destino ao qual os Fundadores consagraram a sua própria «vida... riquezas... e honra sagrada».

Estou feliz por observar que as suas palavras, Senhora Embaixadora, confirmam a importância que o Governo, nas suas relações com os países do mundo inteiro, atribui à promoção dos direitos do homem e especialmente do fundamental direito humano à liberdade religiosa, que constitui a salvaguarda de todos os outros direitos humanos. O respeito pela convicção religiosa desempenhou um papel essencial no nascimento e no primeiro período de desenvolvimento dos Estados Unidos da América. Em 1776 John Dickinson, Presidente da Comissão para a Declaração da Independência, fez a seguinte declaração: «As nossas liberdades não derivam das nossas Cartas, pois estas são apenas a declaração de direitos que já existem precedentemente. Não dependem de documentos nem de selos, pois provêm do Rei dos Reis e do Senhor da terra inteira» (cf. C. Herman Pritchett, *The American Constitution*, McGraw-Hill, 1977, pág. 2). Com efeito, pode-se perguntar se a experiência democrática dos Estados Unidos da América teria sido possível, ou qual seria o seu êxito no futuro, sem uma visão profundamente arraigada da providência divina, no que concerne às pessoas e ao destino das nações.

Enquanto se aproxima o Ano 2000 e os cristãos se preparam para celebrar o bimilenário do nascimento de Cristo, tenho exortado a um sério exame de consciência no que diz respeito às sombras que obscurecem o nosso tempo (cf. Carta Apostólica *Tertio millennio adveniente*, 36). Também as Nações e os Estados podem fazer deste tempo um período de reflexão sobre as condições espirituais e morais do seu bom êxito na promoção do bem integral do próprio povo. Seria verdadeiramente triste se agora as convicções religiosas e morais, sobre as quais a experiência estadunidense lançou as próprias bases, fossem consideradas como que um perigo para a sociedade livre, de maneira a negar às pessoas que com tais convicções sustentam a vida pública da nação, uma voz activa na resolução das questões políticas. Sem dúvida, a separação original da Igreja e do Estado nos Estados Unidos da América não constituiu uma tentativa de banir todas as convicções religiosas da área pública, como se Deus fosse expulso da sociedade civil. Com efeito, a vasta maioria dos estadunidenses, independentemente da sua persuasão religiosa, estão convencidos de que a profissão religiosa e a temática moral fundamentada na religião têm um papel vital a desempenhar na vida pública.

Nenhuma expressão do compromisso da sociedade em favor da liberdade e da justiça de todos pode ser mais elementar que a salvaguarda oferecida aos membros mais vulneráveis da sociedade. Os Estados Unidos da América

fundaram-se sobre a convicção de que o direito inalienável à vida é uma verdade moral «evidente por si só», cuja fidelidade constitui um critério primário da justiça social. A história moral do seu país é a história dos esforços do seu povo por alargar o círculo de inclusão na sociedade, de tal forma que todos os cidadãos dos Estados Unidos da América possam gozar da tutela da lei, participar nas responsabilidades da cidadania e ter a oportunidade de oferecer a própria contribuição ao bem comum. Quando se exclui uma determinada categoria de pessoas – os nascituros, os enfermos ou os idosos – desta tutela, uma anarquia mortal subverte a compreensão originária da justiça. A credibilidade dos Estados Unidos da América dependerá cada vez mais da promoção de uma genuína cultura da vida e de um renovado empenhamento na edificação de um mundo em que os mais frágeis e vulneráveis são acolhidos e protegidos.

Assim como têm feito ao longo da história do seu próprio país, os católicos dos Estados Unidos da América continuarão a dar uma importante contribuição ao desenvolvimento da cultura e da sociedade estadunidenses. A Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América, que há pouco se concluiu, pôs em evidência a diversificação e variedade de actividades que os católicos, em virtude do compromisso em prol de Cristo, empreendem em vista do aperfeiçoamento da sociedade. Este trabalho de formação e promoção continue a florescer para o bem das pessoas, o fortalecimento das famílias e o benefício do povo estadunidense como comunidade.

Excelência, estes são alguns dos pensamentos suscitados pela sua presença aqui, como Representante diplomática do seu país. Estas reflexões evocam uma oração: que o seu país experimente um renascimento da liberdade, uma liberdade assente na verdade orientada para o bem. Assim, o povo dos Estados Unidos da América há-de consagrar a sua ilimitável energia espiritual ao serviço do bem genuíno de toda a humanidade. Tenha a certeza, Senhora Embaixadora, de que os vários Departamentos da Santa Sé estarão prontos a auxiliá-la no cumprimento da sua missão. Sobre Vossa Excelência e o povo dos Estados Unidos da América, invoco cordialmente as abundantes bênçãos divinas.

© Copyright 1997 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana